



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ESCULTOR ANTÓNIO FERNANDES DE SÁ

PROJETO EDUCATIVO

2025 - 2028

Educar com Sentido, Crescer com Valores



“A educação deve ser organizada em torno de dois princípios fundamentais: garantir o direito à educação ao longo da vida e reforçar a educação como um bem público e um bem comum. Estes princípios devem orientar os processos de planeamento, pedagogia e currículo, bem como as relações entre professores, alunos, famílias e comunidades.”

UNESCO, Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação, 2022

INTRODUÇÃO	6
1. CONTEXTO E IDENTIDADE DA COMUNIDADE EDUCATIVA	8
1.1. Localização	8
1.2. Território	9
1.3. Recursos humanos	10
2. CULTURA INSTITUCIONAL E PEDAGÓGICA.....	11
11	
2.1. Princípios.....	11
2.2. Visão	11
2.3. Missão.....	11
2.4. Valores	12
3. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	14
4. PRIORIDADES E OPÇÕES CURRICULARES ESTRUTURANTES.....	16
5. DA AÇÃO EDUCATIVA.....	17
6. DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO.....	21
A - Contexto Educativo	21
Participação e responsabilidade partilhada.....	21
Recursos humanos, materiais e financeiros	24
Cultura de avaliação	28
Instituições/Entidades exteriores	29
B - Sucesso educativo.....	29
Práticas pedagógicas	29
Sucesso Escolar.....	32
Cidadania e desenvolvimento.....	34
C - Formação & Inovação	36
7. REDES, PARCERIAS E PROTOCOLOS.....	38
8. INSTRUMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO.....	39
8.1 Plano Anual de Atividades.....	39
8.2 Projeto Curricular do Agrupamento	39
8.3 Regulamento Interno	39
8.4 Estratégia de Educação para a Cidadania do Agrupamento.....	39
8.5 Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário	40
8.6 Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola	40
9. DIVULGAÇÃO	41
10. A AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	41

12. CONCLUSÃO.....	44
---------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo 2025/2028 define os princípios, as prioridades e os compromissos da nossa comunidade escolar, assumindo-se a escola como um espaço de diálogo, de pertença e de transformação — pessoal, social e cultural e alicerçando-se na colaboração entre todos os agentes educativos.

Um dos maiores desafios que se coloca, hoje, à Escola é o de ser simultaneamente lugar de estabilidade e de mudança. Estabilidade no compromisso com o direito universal à educação de qualidade, equitativa e inclusiva. Mudança na capacidade de se reinventar face aos desafios complexos de um mundo em constante transformação — climático, tecnológico, social e cultural.

A escola deve afirmar a sua identidade própria, reconhecendo o valor do seu contexto, das suas pessoas e da sua história, mas também colocar-se em movimento, alinhando-se com as finalidades do sistema educativo português. Essa transformação concretiza-se através da implementação consciente e articulada dos documentos estruturantes, como o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, as *Aprendizagens Essenciais*, os princípios da *Escola Inclusiva*, da *Flexibilidade Curricular*, da *Avaliação Pedagógica* e da *Transição e Integração Digital*.

Acreditamos numa escola que aprende com os seus alunos, que cresce com a sua comunidade, que colabora com o mundo que a rodeia e que assume, com determinação, o seu papel transformador.

Tal como define o Decreto-Lei n.º 75/2008, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, as escolas são instituições de serviço público, com a missão de garantir que todos os alunos desenvolvem plenamente as suas capacidades, participam ativamente na vida democrática e contribuem de forma significativa para o progresso social, cultural e económico do país. Essa missão só pode cumprir-se com qualidade, equidade e sentido de pertença.

A escola pública tem, por conseguinte, a responsabilidade de garantir não apenas o acesso à educação, mas também à qualidade da experiência educativa, promovendo a equidade, a participação ativa e o sucesso. Esta visão exige um compromisso coletivo, refletido nos quadros legais e estratégicos nacionais, mas também uma ação local coerente, enraizada nas necessidades concretas da comunidade.

A visão proposta pela UNESCO inspira o nosso compromisso com uma escola que educa com e para os outros, que reconhece a diversidade como riqueza e coloca a equidade, a participação e a cooperação no centro do ato educativo.

Acreditamos numa escola onde cada aluno encontra espaço para crescer, questionar, experimentar e construir o seu próprio percurso.

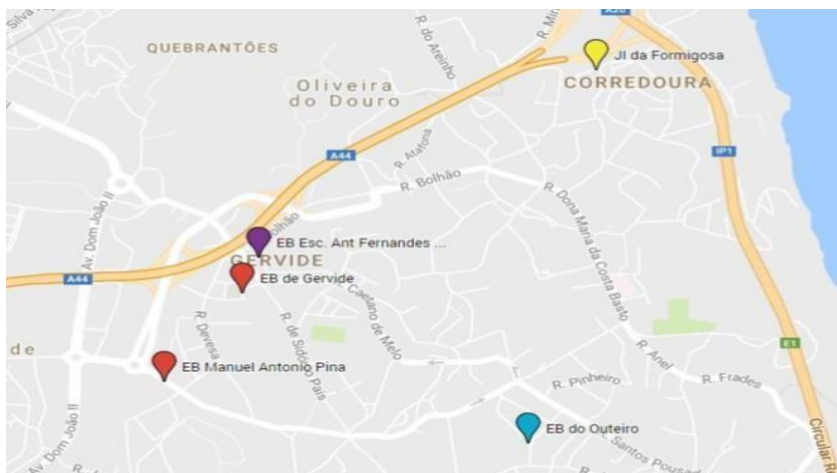
Reconhecemos, no entanto, que os desafios da escola não são estáticos. Vivemos num tempo de mudanças aceleradas, que exigem respostas pedagógicas mais flexíveis, mais humanas e mais colaborativas. Um Projeto Educativo não é um documento fechado: é uma construção evolutiva e participada, que deve acompanhar as transformações da sociedade e as necessidades concretas das crianças, dos jovens e de toda a comunidade educativa.

O nosso Projeto Educativo inscreve-se como expressão de um compromisso com uma educação de qualidade para todos, capaz de formar cidadãos livres, solidários e preparados para enfrentar os desafios de um mundo em constante mutação, e nasce da convicção de que a educação é o alicerce de um futuro mais justo, mais sustentável e mais humano.

Neste horizonte, reafirmamos o nosso compromisso com uma escola que escuta, que se adapta e que inova.

1. CONTEXTO E IDENTIDADE DA COMUNIDADE EDUCATIVA

1.1. Localização



O agrupamento de escolas Escultor António Fernandes de Sá é constituído por cinco unidades educativas e tem três jardins-de-infância, três escolas do 1.º ciclo, para além da do 2.º e 3.º ciclo, a Escola Básica Escultor António Fernandes de Sá, sede do agrupamento. Todas as escolas estão localizadas na freguesia de Oliveira do Douro.

UNIDADES ORGÂNICAS	Pré Escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB
Jardim de Infância da Formigosa	X			
Escola Básica do Outeiro		X		
Escola Básica Manuel António Pina	X	X		
Escola Básica de Gervide	X	X		
Escola Básica Escultor António Fernandes de Sá			X	X

1.2. Território

O espaço escolar, como uma instituição legitimada pela ordem administrativa, mas também pelo relacionamento humano e aprendizagem coletiva, cria uma rede de vínculos com os territórios que habita: o físico, o mental, o emocional e o simbólico, e com a comunidade educativa. Trata-se de desenvolver no território educativo uma cidadania ativa capaz de criar modelos de interação, reconhecendo a inclusão e a diversidade como direitos universais. Uma Escola que nos permita questionar e reconstruir coletivamente as bases de uma educação emancipadora. As áreas de intervenção e o âmbito de ação e responsabilidade de cada interveniente assenta nos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual, e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua redação atual.

Entre estes princípios, destaca-se a salvaguarda da autonomia pedagógica e curricular dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, recentemente reforçada pela faculdade conferida às escolas para gerir parcialmente o currículo dos ensinos básico e secundário partindo das matrizes curriculares-base, e a estrita observância dos direitos de participação dos docentes no processo educativo, previstos no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, na sua redação atual, designadamente a autonomia técnica e científica.

A escola deixará, então, de ser um espaço educativo isolado para se transformar num espaço mais amplo que se abre à participação dos diferentes atores locais e às dinâmicas que aí se estabelecem com vista à construção de um projeto educativo de base territorial.

Esta nova perspetiva coloca-nos perante a questão da partilha de responsabilidades e competências ao nível da tomada de decisões quanto à valorização e incorporação das componentes regionais e locais no processo de territorialização da ação educativa (balizadas pelos limites impostos pela centralidade curricular) adequando-a às características e necessidades dos alunos e da comunidade em que nos inserimos. Isto é, remete-nos para um novo conceito que se constitui como requisito indispensável à construção de um verdadeiro projeto educativo local, como documento estratégico no desenvolvimento do capital humano.

1.3. Recursos humanos

Os recursos humanos são a peça fundamental desta instituição, e, como tal, devem ser encarados como fundamentais em qualquer opção estratégica. Destes depende toda a ação e o sucesso da mesma e, para estes, confluem todos os esforços de otimização em termos estruturais e organizacionais.

No AEEAFS pretende-se desenvolver uma comunidade aprendente assente em todos, visando a construção sólida da formação humanística, promovendo o desenvolvimento pessoal, social e profissional.

*Um perfil de base humanista significa a consideração de uma sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana como valores fundamentais. Daí considerarmos as aprendizagens como centro do processo educativo, a inclusão como exigência, a contribuição para o desenvolvimento sustentável como desafio, já que temos de criar condições de adaptabilidade e de estabilidade, visando valorizar o saber.*¹

A mobilização e articulação entre os diversos “atores” envolvidos reveste-se, necessariamente, de grande importância para o sucesso da abordagem exposta.

¹ Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017, p.6.

2. CULTURA INSTITUCIONAL E PEDAGÓGICA

2.1. Princípios

Os princípios orientadores do PEAEAFS identificam as opções do Agrupamento de Escolas quanto ao ideal de educação a prosseguir e que a seguir se elencam:

- Desenvolvimento da autonomia do agrupamento no plano pedagógico, administrativo e financeiro;
- Envolvimento de toda a comunidade no(s) processo(s) educativo(s).
- Inovação enquanto processo de garantir a melhoria das aprendizagens.
- Promoção do trabalho colaborativo.
- Promoção da escola pública e da igualdade de oportunidades no sucesso educativo.
- Promoção de uma educação inclusiva e equitativa.
- Promoção da dimensão ética de toda a comunidade escolar.

2.2. Visão

Promover o desenvolvimento integral do aluno, apostando na formação de cidadãos autónomos, críticos, solidários, preparados para intervir num Mundo em mutação, contribuindo para a construção do seu projeto de vida.

2.3. Missão

No âmbito do PEA, o sucesso dos alunos é a principal missão desta instituição, “numa perspetiva de construção coletiva que lhes permitirá apropriarem-se da vida, nas dimensões do belo, da verdade, do bem, do justo e do sustentável, no final de 12 anos de escolaridade obrigatória.”²

² Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017, p.12

Esta missão tem como lema - Educar com Sentido, Crescer com Valores, tendo presente a heterogeneidade dos alunos e dos agregados familiares; garantindo a igualdade de oportunidades para todos; agregando esforços e vontades de toda a comunidade educativa; promovendo o desenvolvimento integral dos alunos; procurando a diversificação de estratégias de educação e formação que promovam uma plena inclusão.

2.4. Valores

Pretende-se que os valores subjacentes a este projeto educativo, assentes em três grandes áreas - Qualidade, Inclusão e Cidadania - sejam partilhados pela comunidade e que os mesmos orientem todas as ações a desenvolver. Queremos formar cidadãos guiados por valores fundamentais da nossa sociedade e dotados das competências essenciais para o seu desenvolvimento integral.

Os valores são entendidos como princípios éticos que orientam as ações, atitudes e decisões dos indivíduos, refletindo-se na forma como se posicionam no mundo. Resultam da interação entre a personalidade de cada pessoa, a realidade em que está inserida e os contextos sociais e culturais que a envolvem, expressando-se concretamente em condutas, escolhas e comportamentos.

No **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** são elencados os valores:

- **Responsabilidade e integridade** – *Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.*
- **Excelência e exigência** – *Aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.*
- **Curiosidade, reflexão e inovação** – *Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.*
- **Cidadania e participação** – *Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.*
- **Liberdade** – *Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na*

*democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.”*³

Assente nos pilares do *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em comum e aprender a ser*, o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* propõe-se orientar as práticas pedagógicas, organizacionais e sociais da escola. Valoriza-se, assim, a responsabilidade partilhada, a construção conjunta de percursos formativos e o trabalho colaborativo como princípios estruturantes da ação educativa.

³ Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017, p.12

3. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Toda a organização age em interação com o meio-ambiente em que atua, o qual determina as condições de vida das organizações, por via legislativa, económica, sociocultural, política, tecnológica, entre outras. Para sobreviver nesse meio, a organização precisa de recursos (humanos, materiais e financeiros). A avaliação das condições oferecidas pelo meio e a resposta que a organização apresenta fazem parte do processo de avaliação diagnóstica, nomeadamente através da identificação dos seus pontos fortes e dos seus pontos fracos e através do reconhecimento das ameaças e oportunidades que do exterior condicionam o seu desenvolvimento.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
ANÁLISE INTERNA	- Atividades e projetos centrados no desenvolvimento pessoal e social. - Metodologias diferenciadas. - Humanização nas relações interpessoais. - Gestão adequada e eficaz dos recursos humanos, materiais e financeiros. - Diversidade e qualidade dos projetos próprios e/ou resultantes da adesão a projetos e iniciativas locais, nacionais e internacionais. - Ações integradas nos Plano de Ação Estratégica e Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário. - Trabalho em Equipas Pedagógicas.	- Resultados escolares na avaliação externa. - Eficiência e eficácia das medidas de apoio. - Insuficientes dinâmicas de âmbito interdepartamental e de promoção do trabalho cooperativo vertical e horizontal. - Fragilidade no vínculo da relação da família à escola. - Gestão integrada do currículo.

ANÁLISE EXTERNA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	- Estratégia nacional para a promoção do sucesso escolar. - Enfoque na avaliação formativa. - Avaliação para as aprendizagens. - Estabelecimento de protocolos/ parcerias com instituições. - Contexto da Autonomia e Flexibilidade Curricular. - Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória. - Plano de ação para a transição/ integração digital. - Programa de digitalização para as Escolas.	- Assegurar o envolvimento dos docentes na formação para o domínio de competências digitais. - Conectividade móvel para alunos, docentes e formadores; - Incidência de problemas familiares e sociais diversos. - Quadro do Pessoal Não Docente insuficiente para responder a todos os desafios no quotidiano escolar.

4. PRIORIDADES E OPÇÕES CURRICULARES ESTRUTURANTES

A prioridade é a construção de ambientes educativos coerentes que permitam o envolvimento e participação dos alunos, a valorização do estudo e da pesquisa e a diferenciação pedagógica, entre outros.

Tendo em conta o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e na sequência dos *Decreto-Lei n.º 54/ 2018* e *Decreto-Lei n.º 55/ 2018, de 6 de julho*, bem como das *Aprendizagens Essenciais*, são definidas as prioridades e opções curriculares estruturantes:

- a)** A valorização das artes, das ciências, do desporto, das humanidades, das tecnologias de informação e comunicação, e do trabalho prático e experimental, bem como a integração das componentes de natureza regional e da comunidade local;
- b)** A aquisição e desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da autoestima dos alunos;
- c)** A promoção de experiências de comunicação e expressão em língua portuguesa e em línguas estrangeiras nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal;
- d)** O exercício da cidadania ativa, de participação social, em contextos de partilha e de colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade;
- e)** A implementação do trabalho de projeto como dinâmica centrada no papel dos alunos enquanto autores, proporcionando aprendizagens significativas;
- f)** O envolvimento dos alunos, definindo procedimentos regulares de auscultação e participação daqueles no desenho de opções curriculares e na avaliação da sua eficácia na aprendizagem, nomeadamente através das assembleias de turma;
- h)** Criação de Domínios de Autonomia Curricular;
- i)** O desdobramento das disciplinas de Ciências Naturais e Físico-Químicas para a promoção do trabalho experimental.

5. DA AÇÃO EDUCATIVA

1. Assumir a escola como espaço de promoção de uma educação de qualidade, assente em critérios de sucesso quanto ao desenvolvimento de competências e à preparação para a vida futura, através de um ensino que garanta:

- formação de um cidadão de sucesso, capaz de integrar conhecimento, resolver problemas, dominar diferentes linguagens científicas e técnicas, cuidar do seu bem-estar, ser cooperante e autónomo, com sensibilidade estética e artística;
- aprendizagens efetivas e significativas;
- aquisição e desenvolvimento de competências-chave nas seguintes áreas:
 - linguagens e textos
 - informação e comunicação
 - raciocínio e resolução de problemas
 - pensamento crítico e pensamento criativo
 - relacionamento interpessoal
 - autonomia e desenvolvimento pessoal
 - bem-estar e saúde
 - sensibilidade estética e artística
 - saber técnico e tecnologias
 - consciência e domínio do corpo.

2. Desenvolver as atividades de aprendizagem com base:

- na articulação curricular realizada a diferentes níveis e modos de interação, de saberes oriundos das componentes de formação e disciplinas, numa perspetiva de articulação horizontal e ou vertical, tendo por objetivo a construção progressiva de conhecimento global;
- no acesso a planos curriculares específicos, promotores de sucesso escolar;
- em metodologias variadas, desafiadoras e diferenciadoras, respeitando os diversos estilos de aprendizagem dos alunos;
- na gestão curricular que potencie áreas de confluência de trabalho interdisciplinar e transdisciplinar;
- flexibilidade curricular;

- em práticas de avaliação processual, adequada e sistemática de conhecimentos, capacidades e atitudes;
- na corresponsabilização de alunos e encarregados de educação;
- na consecução de projetos de desenvolvimento pessoal e social;
- na natureza social da aprendizagem, em que a construção individual do conhecimento acontece através de processos de interação, negociação e cooperação, que enriquecem o sentido de pertença à comunidade de aprendizagem.

3. Desenvolver o trabalho colaborativo e cooperativo:

- na partilha de experiências pedagógicas e didáticas;
- no desenvolvimento de percursos inovadores que potenciem aprendizagens efetivas;
- na operacionalização do Plano de Turma e Plano Curricular de Turma;
- na realização das atividades de aprendizagem disciplinares ou do domínio de autonomia curricular (DAC);
- na colocação dos alunos no centro dos processos de aprendizagem, mobilizando os seus conhecimentos e experiências prévias e encorajando o seu envolvimento, participação e expressão individuais de forma ativa.

4. Implementar processos avaliativos coerentes com as práticas desenvolvidas, baseados:

- em critérios de avaliação transparentes e coerentes com a matriz metodológica;
- na regulação do ensino e das aprendizagens, através da recolha de informação que permita conhecer a forma como se ensina e como se aprende, fundamentando a adoção e o ajustamento de medidas e estratégias pedagógicas;
- na prática da avaliação formativa;
- na integração dos diferentes “agentes” no processo avaliativo – professores, alunos e famílias.

5. Promover uma abordagem integrada, ao nível de todo o agrupamento, para o desenvolvimento da competência digital — uma competência essencial para a aprendizagem ao longo da vida, para o exercício profissional e para a participação cívica ativa. No contexto educativo, é tão importante saber utilizá-la como compreender criticamente o seu significado, os seus impactos e os seus desafios.

6. Proporcionar um clima de escola assente:

- no relacionamento interpessoal em todos os espaços da escola;

- na otimização de espaços e equipamentos;
- nas atitudes, valores e comportamentos que conduzam a estilos de vida saudáveis.

7. Apoiar a ação do Serviço de Psicologia e Orientação e do Centro de Apoio à Aprendizagem enquanto parceiros técnico-pedagógicos, contribuindo para:

- uma orientação facilitadora da definição de projetos de vida;
- o desenvolvimento integral dos alunos e a construção da sua identidade;
- apoiar os alunos no seu processo de aprendizagem e de integração no sistema de relações interpessoais da comunidade escolar;
- o desenvolvimento global e harmonioso dos alunos capacitando-os para o exercício de uma cidadania plena;
- a diagnose, acompanhamento e resolução de casos emergentes.

8. Incrementar a ação transversal das Bibliotecas escolares no apoio ao desenvolvimento curricular e à promoção de diferentes literacias (leitura, media, informação tecnológica e digital):

- disponibilização de recursos de informação e conhecimento, em diversos suportes, devidamente articulados com o currículo, as áreas disciplinares e os projetos em desenvolvimento na escola.
- colaboração com os docentes e suas atividades didáticas, bem como com as estruturas de coordenação educativa e de supervisão pedagógica;
- espaço educativo onde os alunos desenvolvem competências e atitudes essenciais para aceder, interpretar e utilizar a informação de forma crítica, contribuindo para a construção autónoma do conhecimento.
- espaço educativo que contribua para a realização de trabalho autónomo.

9. Promover o desenvolvimento profissional dos vários elementos da ação educativa, mediante:

- operacionalização do Plano de Formação;
- identificação de necessidades de formação relacionadas com o plano de ação educativa;
- dinamização (por formadores internos ou externos) de ações de formação que respondam a necessidades identificadas;
- divulgação de recursos orientados para áreas de intervenção na escola.

10. Desenvolver processos de interação escola-família no sentido de:

- assegurar o diálogo regular entre professores titulares de turma/ diretores de turma e pais e encarregados de educação;
- fomentar vivências pessoais e coletivas, na construção conjunta de um ambiente social e de trabalho adequado ao desenvolvimento de competências;
- implementar estratégias conjuntas de correção de situações e práticas desajustadas;
- promover a responsabilidade cívica face a problemas da atualidade.

11. Incentivar boas práticas na relação entre a escola, a associação de pais, as autarquias e instituições locais, que:

- desenvolvam parcerias baseadas na negociação entre atores sociais a quem é reconhecido o poder de estabelecer contratos;
- assentem numa perspetiva sistémica, considerando-se a escola como um sistema aberto, que resulta de uma dissolução das fronteiras entre a escola e a comunidade envolvente – “Construir Juntos”;
- incrementem a responsabilidade social dos parceiros, valorizando práticas de participação democrática.

12. Valorizar processos de criação de parcerias com instituições locais, que:

- potenciem a ação educativa da escola;
- propiciem experiências promotoras de responsabilidade social;
- suportem a orientação da aprendizagem ao longo da vida;

13. Implementar sistemas de supervisão da ação educativa e a autoavaliação da escola numa perspetiva formativa, através de:

- monitorização do PEA e de outros documentos estruturantes;
- acompanhamento da evolução da ação educativa da escola;
- promoção da melhoria de processos educativos;
- autoavaliação, com a colaboração de toda a comunidade educativa, nos eixos - organização, meios, intervenção coordenada e do clima do AEEAFS onde é realizada a ação educativa.

6. DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

A intervenção assenta em três grandes domínios de Intervenção:

- Contexto educativo;
- Sucesso educativo;
- Formação e Inovação.

A – Contexto educativo

- Participação e responsabilidade partilhada
- Recursos humanos, materiais e financeiros

B – Sucesso educativo

- Práticas pedagógicas
- Sucesso escolar
- Cidadania e desenvolvimento

C – Formação e Inovação

- Desenvolvimento Profissional e Pessoal
- Inovação

A - Contexto Educativo

OBJETIVO - Promover uma cultura de organização, baseada no comprometimento, confiança e responsabilidade pessoal e profissional, propiciadora de desenvolvimento, autonomia e inclusão.

Participação e responsabilidade partilhada

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Comunidade educativa	A1. Promover maior envolvimento, em qualidade e diversidade, na vida da escola.	Maior envolvimento na vida da escola.	Nível de envolvimento. Iniciativas Comuns.	Questionários	Conselho Geral Direção Conselho Pedagógico Associações de Pais

Gestão participada e decisão colegial	A2. Incentivar formas de gestão de participação implicando as estruturas intermédias.	Aumentar momentos de auscultação e negociação, através de reuniões, workshops, aplicação de questionários, ...	Grau de satisfação.	Relatórios das estruturas intermédias e dos projetos.	Conselho Geral Direção Docentes Pessoal Não Docente Estruturas de gestão intermédia
Colaboração e cooperação	A3. Desenvolver o trabalho colaborativo e cooperativo entre os docentes do Agrupamento.	Promover uma articulação Intra e interdepartamental. Dar um especial enfoque à transição entre ciclos, nomeadamente ao nível do apoio aos alunos e suas famílias. Promover a articulação dos docentes com a BE, quer seja em atividade de formação no âmbito das literacias, quer seja na promoção da leitura.	Nível de satisfação	Planos de Turma Planos de Grupo Relatórios das estruturas intermédias e dos projetos.	Conselho Geral Direção Docentes Estruturas de gestão intermédia
Canais de comunicação	A4. Melhorar processos e canais de comunicação.	Manter um nível adequado de informação, designadamente, a pessoal docente, não docente e encarregados de educação, através de e-mail institucional, plataforma INOVAR, Campus Digital e website da Escola. Ter modalidades de transmissão da informação que aproximem os estabelecimentos do Agrupamento.	Nível de satisfação	Relatórios das estruturas intermédias e dos projetos	Conselho Geral Direção Coordenadores de Estabelecimento Coordenadores das estruturas de gestão intermédia Coordenadores de Projetos Pessoal Docente e Não Docente

Pertença	A5. Criar condições para a construção de um clima de Agrupamento assente na empatia, na cooperação e na corresponsabilização, promotor de um sentimento de pertença de todos os elementos do Agrupamento. A6. Procurar respostas adequadas aos problemas dos alunos e da comunidade	Promover iniciativas e eventos para a valorização das relações interpessoais.	Iniciativas e eventos no âmbito das semanas Ubuntu, de projetos, dos DAC e da Cidadania e Desenvolvimento Iniciativas referentes a situações de fragilidade	Relatórios das estruturas intermédias e dos projetos	Conselho Geral Direção Coordenadores de Estabelecimento Coordenadores das estruturas de gestão intermédia Coordenadores de Projetos Pessoal Docente e Não Docente
-----------------	---	---	---	--	--

Recursos humanos, materiais e financeiros

Docentes

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Prática reflexiva e colaborativa	A7. Promover uma prática reflexiva sistemática. A8. Promover a partilha de práticas pedagógicas.	Ter procedimentos coletivos de supervisão da prática letiva, tais como observação de práticas, sessões de trabalho entre pares, observação de aulas, partilha de boas práticas.	Nível de satisfação Informação disponibilizada	Atas das estruturas intermédias Relatórios de Coordenação	Docentes Conselho Pedagógico Estruturas de gestão intermédia

Não Docentes

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Ação educativa	A9. Melhorar a intervenção, do pessoal não docente, na prática educativa.	Ter maior envolvimento no ambiente educativo, de carácter comportamental e disciplinar. Proporcionar formação específica de apoio à aprendizagem e à inclusão.	Nível de satisfação	Inquérito de satisfação Relatório de execução de plano de formação	Direção Técnicos Superiores Coordenador Técnico Encarregada Operacional Assistentes Operacionais Assistentes Técnicos

Ação dos grupos	A10. Melhorar condições de exercício da profissão.	Realizar, pelo menos, um encontro anual para aferição e reajustamento de formas de organização do trabalho, avaliação do grau de satisfação e planeamento de iniciativas de formação.	Nível de satisfação	Relatório(s) do(s) evento(s)	Direção Técnicos Superiores Coordenador Técnico Encarregada Operacional Assistentes Operacionais Assistentes Técnicos
------------------------	---	---	---------------------	------------------------------	--

Alunos

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Envolvimento e participação	A11. Valorizar a voz das crianças e dos jovens na organização das instituições escolares. A12. Implicar os alunos na organização das atividades do ano escolar e de outros aspetos da gestão escolar.	Adequar as práticas de organização escolar ao quadro legislativo e às novas necessidades de envolvimento dos alunos, para permitir formas mais evoluídas e diversificadas de participação das crianças e dos jovens. Ouvir os alunos na conceção, acompanhamento e avaliação das opções pedagógicas da escola. Fomentar a aprendizagem de competências de comunicação, para a expressão de opiniões e debate conjunto de ideias e para a construção de conceitos ou em processos concertados de tomada de decisão.	Nível de satisfação	Inquérito de satisfação	Conselho Geral Conselho Pedagógico Docentes Alunos Assembleia de Delegados Direção

Encarregados de Educação

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Envolvimento e Participação	A13. Incentivar a responsabilização dos EE no processo educativo dos seus educandos. A14. Fomentar a participação dos EE na vida da Escola.	Envolver mais os EE no ambiente educativo Aumentar a participação dos EE em atividades (culturais, desportivas, orientação escolar, ou outras), em especial, as que envolvem os seus educandos.	Contactos estabelecidos	Relatórios dos Professores Titulares de Turma Relatórios dos Diretores de Turma Relatório de eventos/ atividades	Docentes Estruturas de gestão intermédia Encarregados de Educação Associação de Pais

Recursos materiais/ financeiros

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Espaços escolares	A15. Melhorar condições de desenvolvimento das atividades que requeiram materiais e equipamentos específicos.	Ter espaços/ equipamentos e materiais que garantam as aprendizagens essenciais.	Nível de satisfação	Inquérito de satisfação	Comunidade escolar
Bibliotecas escolares	A16. Promover a BE como espaço que organiza e facilita recursos. A17. Divulgar a BE como espaço aberto à comunidade educativa. A18. Promover a capacidade de gerir, de forma pessoal e crítica, a informação.	Aumentar o acervo documental, rácio documento/aluno. Ter sessões no âmbito de articulações curriculares e extracurriculares com as diferentes áreas disciplinares. Ter um plano de ação para a literacia da informação com integração curricular.	Nível de satisfação Nível de divulgação	Relatórios BE Fundo Documental Relatórios de atividade Planificações curriculares Plano de ação	Equipa BE Estruturas de gestão Intermédia

Plataformas digitais	A19. Otimizar o uso das plataformas, enquanto recursos educativos e organizacionais.	Simplificar o processo de arquivo de Estruturas Intermédias, projetos e clubes, na plataforma.	Nível satisfação	Relatórios de coordenação Relatórios das estruturas intermédias	Estruturas intermédias Equipa PADDE
Sustentabilidade	A20. Desenvolver condições para a implementação de uma escola sustentável.	Incentivar práticas de recolha seletiva dos lixos; substituição de equipamentos por outros mais economizadores do ponto de vista energético e do consumo de água.	Nível de eficiência	Relatório Eco-Escolas	Diretor Conselho Administrativo Programa Eco - Escolas o
Gestão Orçamental	A21. Assegurar eficácia na gestão do orçamento.	Garantir o equilíbrio orçamental.	Nível de eficiência	Relatório da conta de gerência	Conselho Geral Conselho Administrativo Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia Serviços Ministeriais
Equidade	A22. Garantir equilíbrio na disponibilização/ utilização de espaços, equipamentos, materiais e meios financeiros.	Implementar um patamar de equidade na distribuição dos recursos pelos diferentes estabelecimentos do Agrupamento.	Rácio/aluno/ estabelecimento	Relatório da conta de gerência	Conselho Geral Conselho Administrativo Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia Serviços Ministeriais

Cultura de avaliação

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Avaliação pedagógica	A23. Incrementar e consolidar procedimentos de avaliação pedagógica.	Fomentar uma cultura de avaliação pedagógica. Fomentar a avaliação formativa.	Documentos orientadores do agrupamento relativos à avaliação pedagógica.	Documento Política de avaliação/ Política de classificação. Monitorização. Relatórios.	Docentes Alunos Estruturas de gestão intermédia Conselho Pedagógico Departamentos
Mecanismos de avaliação e autoavaliação	A24. Incrementar e consolidar procedimentos de avaliação e autoavaliação das diferentes estruturas e serviços da escola.	Fomentar uma cultura de avaliação e autoavaliação, no sentido da promoção da melhoria e da qualidade. Disponibilizar/ partilhar instrumentos de recolha de dados diversificados, passíveis de serem analisados e ajustados a diferentes necessidades e contextos.	Nível de satisfação Número de participação na autoavaliação	Relatórios de cargos	Conselho Geral Direção Conselho Pedagógico Estruturas de gestão intermédia
Resultados	A25. Analisar resultados relativos a cada disciplina/ área, com vista a estabelecer planos de melhoria. A26. Envolver as estruturas, na definição de estratégias para a melhoria dos resultados escolares.	Melhorar os processos de intervenção e decisão. Melhorar, de forma sustentada e progressiva, os resultados escolares internos e externos.	Taxas de conclusão Qualidade do sucesso % Percursos diretos	Planos de Turma Relatórios	Conselho Geral Direção Conselho Pedagógico Estruturas de gestão intermédia

Instituições/Entidades exteriores

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Iniciativas de colaboração	A27. Aprofundar as interações com a comunidade envolvente.	Ter iniciativas conjuntas de índole cívica, social, cultural e formativa. Aumentar intercâmbios com outras escolas (nacional e internacionalmente) para partilha de experiências e organização de atividades conjuntas	Protocolos	Relatórios Plano Anual de Atividades	Conselho Geral Conselho Pedagógico Direção Estruturas de gestão intermédia
Diversificação de parcerias	A28. Otimizar recursos no âmbito dos protocolos e parcerias estabelecidos.	Aumentar parcerias com ensino superior, nomeadamente como forma de apoio à formação dos docentes e à tomada de decisões estratégicas relativas à vida escolar.	Parcerias/ protocolos estabelecidos.	Atas do Conselho Pedagógico	Conselho Geral Conselho Pedagógico Direção Estruturas de gestão intermédia

B - Sucesso educativo

OBJETIVO – Promover o sucesso educativo dos alunos através de práticas pedagógicas de qualidade que favoreçam o seu desenvolvimento pessoal e a aquisição de competências essenciais.

Práticas pedagógicas

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Processo pedagógico inclusivo	B1. Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem permanente para todos.	Ter maior diversidade de estratégias no âmbito da planificação curricular. Contemplar	Nível de satisfação	Relatórios Estruturas de gestão intermédia Critérios de avaliação	Estruturas de gestão intermédia

	B2. Diversificar e diferenciar as estratégias pedagógicas, desenvolvendo atividades experimentais nas diferentes áreas do conhecimento. B3. Reforçar dispositivos de diferenciação pedagógica. B4. Personalizar a aprendizagem – promover ambientes formativos.	maior diversidade de modalidades e instrumentos de avaliação. Mobilizar os dados da avaliação para melhorar as aprendizagens. Implementar a abordagem multinível do currículo.	Planos de aprendizagem – desenho universal para a aprendizagem. Planos de aprendizagem – abordagem multinível do currículo.		
Desenvolver o trabalho colaborativo entre os docentes	B5. Promoção de condições para o desenvolvimento do trabalho colaborativo e multidisciplinar. B6. Promoção da observação/partilha de modus operandi pedagógico. B7. Otimizar um arquivo digital de recursos abertos.	Melhorar os índices de trabalho colaborativo. Partilha de estratégias de ensino diversificadas e atualizadas. Aumentar a participação dos docentes na integração de recursos digitais abertos.	Participação no enriquecimento dos recursos digitais abertos Criação da rede colaborativa	Atas dos departamentos, dos Conselhos de Turma e das Equipas Educativas. Rede de colaboração entre pares.	Conselho Pedagógico Estruturas de gestão intermédia

Metodologias para a aprendizagem	B8. Incentivar a utilização de metodologias ativas, diversificadas e inovadoras.	Diversificar as metodologias com vista à autonomia do aluno (ex. aula/oficina, debates, dramatizações, trabalho em equipa, entre outros). Valorizar o ensino experimental em ciências, rentabilizando os laboratórios existentes. Interação entre os alunos dos diferentes níveis de ensino, permitindo uma articulação e acesso de conhecimentos relacionados com as práticas experimentais. Utilizar ferramentas digitais de apoio a atividades de aprendizagem ativa e significativa. Promover mecanismos de autorregulação das aprendizagens pelos alunos.	Nível de satisfação . Promover as bibliotecas escolares como espaços para o desenvolvimento das literacias da leitura, dos media e da informação nas aprendizagens.	Inquérito de satisfação Relatórios de coordenação e estruturas de gestão intermédia Planos de Grupo/ Planos de Turma Relatórios de atividades	Conselho Pedagógico Estruturas de gestão intermédia Alunos Docentes Bibliotecas Escolares
---	--	---	--	---	--

Sucesso Escolar

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Atitude face à aprendizagem	B9. Promover o conhecimento e a curiosidade, através da pesquisa, experimentação e investigação.	Ter mais iniciativas que visem a excelência no plano científico, técnico ou artístico, nomeadamente através de: publicação de trabalhos de alunos; organização/ promoção de prémios. Ter mais alunos em atividades sobre projetos e concursos, designadamente olimpíadas e concursos externos.	Projetos/ concursos/ atividades	Relatórios de coordenação e estruturas de gestão intermédia Planos de Grupo/ Planos de Turma Relatórios de atividade/ projetos/ cargos	Conselho Pedagógico Estruturas de gestão Intermédia BE Projetos/ Clubes
Cultura de aprendizagem	B10. Incentivar a partilha de experiências e entreajuda como atitudes favoráveis à aprendizagem.	Promover o trabalho colaborativo/ cooperativo em diferentes contextos de aprendizagem.	Trabalhos de grupo e momentos de partilha	Plano de Turma Relatórios de atividade	Conselho Pedagógico Estruturas de gestão Intermédia BE
Autonomia e criatividade	B11. Desenvolver práticas de autonomia e responsabilização dos alunos na sua aprendizagem. B12. Promover recursos de aprendizagem autónoma.	Manter procedimentos regulares de autoavaliação dos alunos. Ter um roteiro com métodos e técnicas de estudo bem como em metodologias de trabalho com recurso às TIC.	Nível de satisfação	Inquérito de satisfação Atas das estruturas de gestão intermédia	Conselho Pedagógico Estruturas de gestão Intermédia

O aluno e o seu processo de aprendizagem	B13. Promover nos alunos a consciência do seu papel ativo como fator de mudança no seu processo de aprendizagem.	Reforço, ao nível da sala de aula, da divulgação e explicitação dos critérios de avaliação do AEEAFS, da disciplina/ área e dos processos de recolha de informação. Reforço das estratégias que promovam a motivação, a participação e o envolvimento dos alunos no seu processo de aprendizagem e avaliação.	Nível de satisfação	Inquérito de satisfação Atas das estruturas de gestão intermédia Atas das Assembleias de Turma Atas das Assembleias dos Delegados de Turma	Conselho Pedagógico Estruturas de gestão Intermédia Alunos Docentes
Monitorização	B14. Prosseguir a monitorização da avaliação do sucesso escolar.	Integração no referencial para a monitorização do sucesso académico - os percursos diretos de sucesso. Promover pelos coordenadores de departamento a eficácia da reflexão-ação junto dos seus pares.	Nível de satisfação Recolha de evidências	Inquérito de satisfação Dados do Infoescolas. Resultados de avaliação de final do ano. Relatórios das Equipas Pedagógicas; PNPSE; PDPSC.	Conselho Geral Conselho Pedagógico Estruturas de gestão Intermédia Alunos Docentes Técnicos Especializados

Cidadania e desenvolvimento

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Competências sociais e cívicas	B15. Promover uma cultura participativa e aberta à comunidade, alicerçada nos valores humanistas e na educação para a cidadania. B16. Desenvolver a educação para a cidadania de forma integrada e articulada no currículo de cada ano e ciclo, convocando contributos da comunidade educativa.	Ter atividades por ano/ ciclo de promoção dos princípios estabelecidos nas áreas de competência “Valores para o Século XXI”. Diminuir episódios de má utilização/ degradação de materiais, equipamentos e espaços Realizar, anualmente, atividades no âmbito cultural, Educação para a Saúde, Desporto Escolar, sustentabilidade, expressão artística e ética. Realizar assembleias de alunos e de delegados pelo menos uma vez por semestre. Reduzir o número de aplicação de medidas disciplinares.	Atividades/ projetos realizados. Nível de participação nas atividades. Número de assembleias. Número de aplicação de medidas disciplinares.	Relatório de Cidadania e Desenvolvimento Atas de assembleia Relatórios da Coordenação Relatório Desporto Escolar	Delegados Subdelegados Alunos Conselho Geral Direção Estruturas de gestão Intermédia Projetos Clubes SPO

A Cidadania e a construção da identidade	B17. Fomentar nos Alunos a Educação para a Cidadania. B18. Valorizar o respeito pelo ambiente e pelo património; B19. Favorecer o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. B20. Promover os valores da solidariedade, o compromisso social e o exercício de uma cidadania ativa e transformadora.	Garantir a participação e a realização das Assembleias de Delegados. Promover as Assembleias de Turma. Mobilizar a construção de aprendizagens culturalmente significativas.	Assembleias.	Inquérito de satisfação Relatórios dos Projetos, das atividades, das Equipas Pedagógicas; PNPSE; PDPSC.	Conselho Geral Conselho Pedagógico Estruturas de gestão Intermédia Alunos Docentes Técnicos Especializados Coordenadores de Projetos
Exercício de uma cidadania ativa, participativa e responsável	B21. Escolher, no início de cada ano letivo, temas e subtemas a tratar em Cidadania e Desenvolvimento, definindo-os nos Planos de Trabalho de Turma. B22. Definir articulação entre todas as disciplinas.	Elaborar um Projeto	Realizar anualmente pelo menos um projeto por turma.	Inquérito de satisfação Relatório de Cidadania e Desenvolvimento Planos de Turma/ Plano	Conselhos de Turma Equipas Educativas Professores titulares de Turma Educadores de infância Alunos
Inclusão e respeito pelos direitos humanos	B23. Discutir o código de conduta. B24. Elaboração democrática das normas de convivência. B25. Manter o programa de mediação. B26. Manter o Programa de Mentorias entre pares.	Código de conduta Normas nos ambientes de aprendizagem Programa de Mediação Programa de Mentorias	Número de atividades/ projetos realizados. Nível de satisfação	Inquérito de satisfação Relatório das atividades.	Conselhos de Turma Equipas Educativas Equipa Multidisciplinar SPO Professores titulares de Turma Educadores de infância Alunos

C - Formação & Inovação

OBJETIVO – Promover o desenvolvimento pessoal e profissional, através da oferta diversificada e de qualidade, de formação, proporcionando uma cultura de aprendizagem e inovação pedagógica.

Desenvolvimento profissional e pessoal

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Atualização científica e pedagógica	C1. Apoiar a atualização científica e pedagógica dos professores.	Ter um plano de formação sustentado no levantamento regular de necessidades formativas.	Ações disponibilizadas e concretizadas Grau de satisfação	Relatório de execução de plano de formação	Conselho Pedagógico Estruturas de gestão intermédia
Capacitação Digital	C2. Promover a integração e reflexão sistemática sobre as potencialidades didático-pedagógicas das TIC, no sentido da renovação do processo de aprendizagem.	Reforçar de iniciativas de formação no âmbito da utilização pedagógica das TIC e da promoção das literacias de informação. Organizar sessões de apresentação de produtos educativos multimédia disponíveis.	Grau de satisfação	Relatório de execução de plano de formação Relatório PADDE Inquérito de satisfação	CFAE Gaia Nascente Conselho Pedagógico Estruturas de gestão intermédia CFAE
Educação Inclusiva	C3. Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade. C4. Diversificar e diferenciar as estratégias pedagógicas, quer através do DUA quer através de uma abordagem multinível do currículo.	Intervir para incluir.	Grau de satisfação	Relatório de execução de plano de formação Relatório das estruturas de gestão intermédia Inquérito de satisfação	CFAE Gaia Nascente Conselho Pedagógico Estruturas de gestão intermédia

Pessoal não docente	C5. Promover a formação do pessoal não docente, no âmbito da valorização da sua ação educativa.	Ter um plano de formação para o pessoal não docente.	Grau de satisfação	Relatório execução plano de formação	Direção Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia Entidades formadoras Pessoal não docente
---------------------	---	--	--------------------	--------------------------------------	---

Inovação

Áreas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Indicadores de Avaliação	Meios de verificação	Estruturas Participantes
Práticas pedagógicas	C6. Promover o desenvolvimento sustentado de práticas inovadoras	Ter mais iniciativas/ projetos com caráter inovador. Ter mais experiências de renovação didático-pedagógica em sala de aula. Aumentar projetos inovadores, em parceria com instituições de ensino superior ou outras entidades vocacionadas para a investigação.	Atualização de recursos e práticas	Relatórios das estruturas de gestão intermédia. Relatórios de atividade.	Conselho Pedagógico Direção Estruturas de gestão intermédia

7. REDES, PARCERIAS E PROTOCOLOS

O Agrupamento de Escolas Escultor António Fernandes de Sá procura reforçar o sucesso educativo, pelo que desenvolve uma contínua articulação e cooperação com estabelecimentos educativos e instituições de vária índole. Para assegurar este compromisso, protagoniza e participa ativamente em protocolos e parcerias dentre os quais se destacam:

- Protocolo com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia:
 - no âmbito da Transferência de competências na Educação;
 - no domínio da organização e funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para o primeiro ciclo;
 - no âmbito Clube de Ciência Viva;
 - no domínio dos Projetos Gai@prende+ e Gai@prende+ (I).
- Protocolo com a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro
- Protocolo com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto
- Protocolo com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
- Protocolo com a Fundação Manuel Leão
- Protocolo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., Centro Distrital do Porto
- Protocolo no âmbito do Desporto Escolar.

Quanto às parcerias, estas envolvem os seguintes projetos e ações:

- ABAAE (Programa Eco-Escolas).
- ACES - Gaia, visando a educação para a saúde.
- Centro de Formação de Associação de Escolas Gaia Nascente.
- Polícia de Segurança Pública no projeto “Escola Segura”.
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens GAIA Norte.
- Rede Social de Vila Nova de Gaia.
- Cooperação com entidades locais, no que respeita ao apoio à aprendizagem inclusiva.
- Associações de Pais e Encarregados de Educação.

8. INSTRUMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

8.1 Plano Anual de Atividades

O Plano Anual de Atividades, enquanto documento de planeamento, define, em função do projeto educativo, os objetivos, as formas de organização, de programação das atividades, e identifica os recursos necessários à sua execução.

8.2 Projeto Curricular do Agrupamento

O Projeto Curricular do AEEAFS é um instrumento em contínua construção que consagra orientações em diferentes vertentes da vida do agrupamento, nomeadamente no que se refere à explicitação de compromissos entre os diferentes atores intervenientes no processo do ensino-aprendizagem.

As opções e prioridades educativas do AEEAFS assentam na dimensão organizacional e na cultura de cooperação, baseada na reflexão e na ação coletiva.

8.3 Regulamento Interno

O Regulamento Interno constitui o documento que define o regime de funcionamento do Agrupamento, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar.

8.4 Estratégia de Educação para a Cidadania do Agrupamento

A Estratégia de Educação para a Cidadania do AEEAFS constituiu-se como um documento orientador, a par do Projeto Educativo, de toda a ação educativa, promovendo abordagens diversificadas nos diversos domínios da Educação para a Cidadania, de acordo com as aprendizagens essenciais, com vista ao desenvolvimento de atitudes e valores consistentes com o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória.

8.5 Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário

O Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (PDPSC), decorre de uma medida proposta pelo Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) no âmbito da promoção do sucesso e inclusão educativos.

O Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário tem como grande objetivo a mitigação das desigualdades socioeducativas, garantindo o acesso ao conhecimento como a chave para a mobilidade social e o êxito educativo de todos e cada um dos alunos e contrariando o absentismo e o abandono. Enquadra-se nas medidas de apoio ao acompanhamento dos alunos, o reforço das suas aprendizagens, a dinamização de atividades promotoras do seu bem-estar psicológico, o fomento de competências sociais e a interação com a comunidade.

8.6 Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola

O Plano de Ação para a Transição Digital da Escola (PADDE), resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril, enquanto instrumento de intervenção fundamental para a transição digital, vem definir medidas e ações estratégicas que colmatem essas necessidades e que orientem as escolas em função de um caminho que se quer percorrer. Das 12 medidas definidas no PADDE, a primeira é o Programa de Digitalização para as Escolas, o qual tem como objetivo o desenvolvimento de um programa para a transformação digital das escolas que contempla:

- a disponibilização de equipamento individual e a garantia de conectividade móvel gratuita para alunos.
- o acesso a recursos educativos digitais de qualidade;
- o acesso a ferramentas de colaboração em ambientes digitais;
- a realização e classificação eletrónica de provas de avaliação externa em ambiente digital.

O Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE) é um instrumento estratégico que reúne informações sobre os meios tecnológicos existentes, o grau de competências digitais da comunidade educativa e identifica uma visão e ações estratégicas, orientadas para uma melhor gestão e aproveitamento dos recursos tecnológicos.

9. DIVULGAÇÃO

O Projeto Educativo do AEEAFS constitui o ponto inicial e orientador de toda a planificação do Agrupamento. Por conseguinte, a sua discussão e divulgação é, sem dúvida alguma, um passo determinante no processo de envolvimento de toda a comunidade educativa na sua implementação e concretização.

Assim:

- Os órgãos de administração e gestão, bem como as estruturas de orientação educativa, deverão pôr em destaque a missão, visão, os objetivos e as metas do Projeto Educativo a que pretendem dar resposta, no plano de decisão que lhes compete;
- Os coordenadores dos diretores de turma e os diretores de turma deverão promover, logo no início de cada ano letivo, a necessidade da observância e divulgação deste documento pelos encarregados de educação;
- Os diretores de turma deverão esclarecer, no início de cada ano letivo, os propósitos do projeto e o entendimento que este faz do desenvolvimento educativo dos alunos, razão central para a sua elaboração;
- A diretora dará conhecimento do Projeto Educativo não só a todo o pessoal não docente, como também a outros atores com os quais o Agrupamento desenvolva parcerias, protocolos ou outras iniciativas conjuntas, promovendo a participação de toda a comunidade educativa na sua concretização e operacionalização.

O documento do Projeto Educativo deverá estar disponível para consulta no Portal/Página Eletrónica do Agrupamento.

10. A AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Enquanto instrumento orientador da qualidade e eficácia da ação educativa, o Projeto Educativo deve ser objeto de avaliação contínua, assumindo-se como um meio de análise e reflexão sobre a organização escolar, bem como um veículo promotor de boas práticas pedagógicas e da melhoria dos resultados educativos.

A avaliação do projeto educativo visa medir o grau de realização das ações, medidas e atividades consumadas no seu plano estratégico, através das quais a escola se propõe desenvolver a sua ação educativa. Esta avaliação constitui um processo de aferição de resultados obtidos, de

metas alcançadas e de objetivos concretizados.

Desta apreciação conjunta, a realizar no final de cada ano letivo, decorrerá o planeamento do ano seguinte, tendo como reflexo a alteração fundamentada e sustentada da proposta inicial.

A monitorização e a avaliação do Projeto Educativo devem, por conseguinte, ir além da mera formalidade e ser assumida como momento de ativa participação de todos e como uma oportunidade de enriquecimento. A avaliação deve assim conferir-lhe dinamismo, mobilizando os atores nele implicados e reforçando a identidade da instituição.

Responsáveis pela monitorização e/ou avaliação	Instrumentos de monitorização e/ou avaliação	Responsáveis pela elaboração	Calendarização
Diretora Conselho Pedagógico Conselho Geral	Relatório de: Plano Anual Atividades	Estruturas de gestão intermédias	Relatório entregue em julho.
Diretora Conselho Pedagógico	Relatórios sobre resultados dos alunos, avaliação interna e externa	Departamentos/ Conselho Docentes Coordenador dos diretores de turma Equipa de Autoavaliação Conselho Pedagógico EMAEI	Relatório Conselho Pedagógico – final de semestre Relatório da avaliação externa - outubro
Diretora Conselho Pedagógico	Relatórios dos Diretores de Turma. Relatório das Educadoras de Infância. Relatório dos Professores Titulares de Turma.	Diretores de Turma. Educadoras de Infância Professores Titulares de Turma	Relatório entregue em julho
Diretora Conselho Pedagógico	Relatórios de coordenadores de Departamento	Coordenadores de Departamento	Relatório entregue em julho
Diretora Conselho Pedagógico	Relatórios de estruturas educativas, projetos e grupos de trabalho	Coordenadores/ Responsáveis	Relatório entregue em julho

Conselho Geral	Relatórios de gestão (contas de gerência, proposta de orçamento e execução)	Diretor e Conselho Administrativo	Relatório entregue em dezembro
Conselho Pedagógico e Conselho Geral	Relatório da comissão de avaliação interna	Comissão de Avaliação Interna Outras Estruturas	Relatório entregue em julho

12. CONCLUSÃO

O Projeto Educativo apresenta-se como um documento orientador que põe em evidência a identidade do Agrupamento e no qual figura a visão estratégica de toda a ação educativa a desenvolver. Assim, espelha as potencialidades do Agrupamento e os desafios que este enfrenta face às dinâmicas que os atuais normativos impõem a todas as escolas.

A elaboração deste Projeto Educativo teve por base uma análise aprofundada do Agrupamento, tendo em conta o seu contexto geográfico e sociodemográfico. Os princípios orientadores, bem como a visão, a missão, os valores e o tema central — ***Educar com Sentido, Crescer com Valores*** — foram definidos com o objetivo de responder de forma específica e coerente aos problemas identificados e aos desafios que se colocam. Este conhecimento prévio do contexto é, por isso, fundamental para a pertinência e eficácia das propostas agora apresentadas.

O presente Projeto Educativo reflete a visão estratégica de toda a comunidade educativa, fruto de um processo de discussão pública em que todos foram convidados a contribuir para o seu aperfeiçoamento. Esta abertura promove um compromisso coletivo com o referencial definido, assegurando a sua aplicação universal.

Ao longo da sua vigência, o Projeto Educativo será alvo de uma avaliação permanente, sendo implementadas as correções e adaptações tidas como necessárias, não só tendo em vista o seu aperfeiçoamento, mas também por imperativos legais resultantes de possíveis alterações legislativas.

Aprovação em sede de reunião de Conselho Pedagógico realizada em 15 de outubro de 2025.

Aprovação em sede de reunião de Conselho Geral realizada em 30 de outubro de 2025.